

## APRESENTAÇÃO

O presente número da revista **Humanitas** procura dar continuidade à busca que tem sido empreendida desde 1997, pela sua qualificação em âmbito nacional e internacional, procurando cada vez mais incorporar autores e pesquisadores de todo o país em nossas páginas, a fim de tornar a **Humanitas** um veículo efetivo de divulgação e de diálogo acadêmico, que ganhe peso no contexto das publicações científicas nacionais. Contamos nesse número com uma gama de artigos, cobrindo os mais variados tópicos, desde heresias religiosas e a atuação da coroa no Brasil, até a ética do habitar e a Sociologia da Ciência: Doraci Alves Lopes, em seu artigo “Problematização das relações sociais excludentes entre espaço e sujeito no Brasil”, discute o conceito de ética do habitar através de um debate bibliográfico e um resgate histórico de práticas alternativas de habitar, que buscaram romper com padrões hegemônicos e excludentes de moradia e ocupação do espaço que vigoram no Brasil desde a colonização. Um exemplo discutido é o dos quilombos, prática de resistência a uma ocupação da terra pautada pela invisibilidade dos negros, índios e não-europeus, onde escravos fugidos puderam expressar tanto uma liberdade de ocupação do espaço, quanto as suas subjetividades, externamente ao sistema escravista. O exemplo indígena também é analisado, cuja herança de ocupação do espaço e do habitar tornou-se também invisível, expressando um “exílio em sua própria terra”.

O artigo analisa também exemplos mais próximos do nosso tempo histórico, como os “habitares” dos imigrantes e operários no século 19 e as nossas atuais favelas. Uma das dificuldades encontradas para pensar a questão é a percepção de que são os discursos instituídos e dominantes que fornecem os parâmetros para o que pode e o que não pode ser considerado “habitar”, impedindo que se alcance o sujeito na sua experiência particular. O artigo termina em tom otimista, destacando o aumento da participação da sociedade nos

processos decisórios e nas políticas ligadas à habitação, e chama a atenção para o problema de se pensar éticas do habitar na sua relação com as subjetividades.

No artigo “Rivalidades Estudantiles. La utilidad de la violencia en la formación de identidades en alumnos de educación media”, de María Antonieta Beltrán, a autora resume os resultados do livro *Compitiendo en Bravuras: violencia estudiantil en el área metropolitana de San Salvador* (SAVENIJE, W. & BELTRÁN, M.A. 1ª. Ed., San Salvador, El Salv.: FLACSO-Programa El Salvador, 2005. 270 pgs.), uma investigação sobre o fenômeno da violência entre estudantes na área metropolitana de San Salvador, El Salvador. Neste estudo, que aborda a vivência cotidiana da violência como uma marca da adolescência desses estudantes, a autora analisa desde a história desse fenômeno, que data pelo menos de meados do século passado, até hoje, descrevendo os resultados de uma pesquisa qualitativa junto a esses estudantes.

Nesse estudo vemos uma discussão sobre aspectos ligados à formação das identidades dos alunos, ligados a aspectos espaciais (a escola a que pertencem), de gênero, de postura frente aos embates e da construção de um sentido de pertença. A invasão de uma lógica “de rua”, como diz a autora, no espaço escolar sugere a necessidade de elaboração de políticas públicas com relação a esta população adolescente.

Pensando a atuação da Coroa portuguesa no Brasil colônia, mais especificamente nas Minas Gerais, Ricardo Luiz de Souza busca entender melhor as relações entre o poder estatal e a sociedade colonial. Essa relação, pautada pelo imediatismo e desinteresse da Coroa nas conseqüências futuras do seu descaso e excesso de tributação, acabaram acarretando a perda de legitimidade da autoridade real. A falta de compasso entre a lei e a sociedade real, a confusão das esferas pública e privada, a grande corrupção e as ambigüidades de atuação por

parte das autoridades nos lembram muito o nosso momento atual, mostrando que alguns de nossos problemas mais graves tem raízes antigas e profundas. A “fúria arrecadatória” do estado, analisada pelo autor como um dos eixos de sua atuação na colônia, cobrava cada vez mais de uma sociedade empobrecida e subjugada. Nas palavras do autor, “O quinto transformou-se no eixo da relação entre os colonos e a Coroa e na razão de ser da Capitania para esta”.

José D’Assunção Barros, em seu artigo “Heresias na Idade Média Central e na Baixa Idade Média”, busca uma visão panorâmica das heresias nesse período a partir de uma discussão minuciosa de fontes historiográficas. Um dos pontos discutidos é o fato de que tanto os ortodoxos (cristãos que seguiam supostamente o pensamento cristão tal qual formulado por Cristo) quanto os hereges (aqueles que divergiam da ortodoxia) consideravam-se porta-vozes da verdadeira fé de Cristo. O termo heresia, no seu desenvolvimento, já descreveu aquele que acentua um ponto particular da verdade, aquele que desvirtua a verdade divina, e aquele que induz ao erro, o enganador no seio da comunidade católica. Os hereges, segundo o autor assim denominados por aqueles que se consideravam os “retos”, criticavam desde práticas religiosas, hierarquias na igreja (como o direito do padre como intermediário de Deus) até fundamentos teológicos. Foram duramente combatidas, no processo de consolidação da hegemonia absoluta da igreja católica na Cristandade ocidental.

O autor faz uma análise da disponibilidade de materiais para o estudo das heresias, fenômeno social dos mais relevantes no período da Idade Média, citando um conjunto de fontes disponíveis, que incluem decretos imperiais, bulas papais, atas de concílios e processos movidos contra os hereges, entre outros. O artigo termina com uma discussão sobre duas figuras importantes do final da Idade Média: o professor de Teologia em Oxford Wyclif e John Huss, precursores importantes da Reforma

Protestante e críticos ferrenhos da autoridade da Igreja Católica sobre as escrituras.

Por fim, contamos com a contribuição de Adriano Premebida e Cristiane Amaro da Silveira, “Transgenia e intervenção na natureza: uma rede de relações apreendidas pela Sociologia da Ciência”, que discute a necessidade de uma nova forma de pensar sociologicamente a tecnologia a partir dos crescentes desenvolvimentos associados à biotecnologia. A possibilidade de intervenção e manipulação de seres vivos a partir das novas tecnologias cria dilemas novos que não são apreensíveis a partir de dualidades comuns ao nosso pensamento, como natureza/cultura. Faz-se necessário, assim, fazer a crítica da ciência moderna nos seus pressupostos, como forma de melhor compreender os processos em jogo nas lutas ligadas a organismos transgênicos, por exemplo.

Os autores sugerem a Sociologia da Ciência como abordagem adequada para a questão. Mostram que o DNA como metáfora para o Livro da Vida denota um mundo natural cada vez mais “culturalizado”, colonizado por lógicas sociais de acumulação, criando novas sociabilidades pautadas pela biologia.

A revista se encerra com uma resenha de minha autoria, revendo um texto de Roberto Cardoso de Oliveira sobre etnografia da ciência. Nesse texto, o antropólogo propõe algumas diretrizes para o pensar etnográfico da própria Antropologia. Minha sugestão é a de que tais diretrizes podem ser úteis no momento atual, de grande interesse em torno das novas biotecnologias e dos impactos que a ciência vem tendo na sociedade. Espero que a leitura seja proveitosa e que os próximos números da **Humanitas** consigam aprofundar esse projeto de tornar a revista cada vez mais um meio de troca de idéias e diálogos acadêmicos.

**Marko Synésio Alves Monteiro**  
 Editor Associado  
 Conselho Editorial